

O ENSINO DO DESENHO PRESCRITO EM MANUAIS PEDAGÓGICOS: UM ESTUDO DE 1829 A 1882

Marcos Denilson Guimarães
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
markito_mat@hotmail.com

Resumo:

Nesta comunicação foram examinados quatro manuais pedagógicos (ALBUQUERQUE, 1829; GAMA, 1880; PACHECO, 1881; BORGES, 1882) a respeito do ensino do Desenho para o curso primário brasileiro que circularam no Brasil durante o século XIX a fim de responder a seguinte questão: em relação a tais manuais assentou-se um modelo de um saber para ensinar Desenho no período de 1829 a 1882? Em outras palavras, foi possível ler nestes manuais uma mesma proposta para o ensino do Desenho ao longo desses 53 anos? Para responder a tais questionamentos utilizou-se de conceitos teórico-metodológicos advindos da história da educação matemática e da história cultural baseada nos estudos do historiador francês Roger Chartier. Constatou-se como resultados uma forte representação do ensino do Desenho Linear. Mais ainda, além do desenvolvimento da faculdade de imitação a partir da cópia de modelos, foi visto nesses manuais que este desenho estava atrelado aos saberes geométricos.

Palavras-chave: História da educação matemática, Manuais pedagógicos, Ensino do Desenho, Desenho Linear.

1. Introdução

Neste trabalho é apresentada uma análise a respeito dos manuais pedagógicos que circularam no Brasil durante o século XIX a respeito do ensino do Desenho¹ para o curso primário brasileiro. De pronto, vale ressaltar que a escrita deste texto e a escolha pelo ensino específico deste saber elementar matemático são justificadas, sobretudo, pelas seguintes razões. A primeira delas refere-se ao andamento do projeto “A constituição dos saberes elementares matemáticos: a Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970” em sua terceira etapa de produção². A segunda razão se dá por conta da minha pesquisa de doutoramento em andamento em que busco

¹ De pronto vale ressaltar que utilizo Desenho com inicial maiúscula quando este se referir a matéria de ensino. Já com inicial minúscula quando se tratar de uma simples execução, de uma representação à lápis de figuras, objetos e paisagens etc. Esta mesma observação serve para o caso do desenho linear com iniciais maiúsculas e minúsculas como será visto mais adiante neste texto.

² Financiado pelo CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, este projeto já atendeu a duas fases anteriores: escrita sobre documentos normativos oficiais e sobre revistas pedagógicas. Para esta etapa, o foco está nos livros didáticos e manuais pedagógicos, 1890-1970. Já a etapa seguinte busca analisar os cadernos e documentos escolares.

identificar que continuidades e rupturas de elementos de um saber para ensinar Desenho³ foi sistematizado pelo intelectual baiano Rui Barbosa (1849-1923), em Parecer publicado em 1883, mostram-se presentes no curso primário brasileiro no período de 1890-1960 em fontes como revistas, manuais e documentos normativos brasileiros.

Sabe-se que, no decorrer dos anos, o ensino do Desenho como matéria escolar do curso primário brasileiro sofreu algumas transformações em termos de métodos, conteúdos e finalidades. Esta afirmação se deve, em parte, aos estudos já realizados por pesquisadores vinculados à história da educação matemática, a saber, Leme da Silva (2011, 2013, 2014), Valente (2012) e Frizzarini (2014), referentes ao estado de São Paulo. Nestes estudos, os autores abordaram e problematizaram o modo como em períodos de grandes mudanças sociais e políticas e de transição de modelos pedagógicos de nosso país, o ensino do Desenho foi aos poucos sendo conformado nas normativas oficiais, programas de ensino e livros didáticos da época. Logo, percebe-se que nesses trabalhos a análise não se restringiu somente aos livros didáticos, isto é, houve por parte dos pesquisadores um desejo de compreender as transformações a partir da utilização de outras fontes. Desse modo, auxiliado por esses estudos já produzidos, nesta comunicação interessa saber: em relação aos manuais pedagógicos aqui examinados assentou-se um modelo de um *saber para ensinar* Desenho no período de 1829 a 1882? Em outras palavras, foi possível ler nestes manuais uma mesma proposta para o ensino do Desenho?

Vale frisar que todos os manuais aqui utilizados estão disponíveis no repositório⁴ de conteúdo digital sediado na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, e estão localizados na coleção intitulada *Livros Didáticos e Manuais Pedagógicos*, atualmente com mais de duzentos exemplares.

2. O ensino do século XIX: a escola do ler, escrever, contar e *desenhar*?

³ Vale ressaltar que a expressão “saber para ensinar” é oriunda dos estudos dos pesquisadores suíços Rita Hofstetter & Bernard Schneuwly que com estudos dedicados à uma aproximação sócio histórica entre as relações profissionais, saberes e formação atentam para uma análise acerca do processo de sistematização dos saberes que constituem a identidade profissional do professor formador e do professor. Evidenciam duas naturezas de saberes: para ensinar e a ensinar. Entendem como *saberes para ensinar* as ferramentas de trabalho desses profissionais. Em outras palavras, significa saberes ligados ao objeto do trabalho de ensino e de formação (sobre os saberes a ensinar e sobre o aluno, as maneiras de aprender, etc.), sobre as práticas de ensino (tais como métodos, modalidades de organização e gestão) e sobre a instituição que define seu campo de atividade profissional (planos de estudos, instruções, finalidades, estruturas administrativas e políticas, etc.). Já o saber a ensinar, refere-se ao que deve ser ensinado, ou seja, é relativo aos conteúdos de ensino explicitados pelos planos de estudos ou currículos, os manuais, os textos prescritos de diferentes tipos, etc.

⁴ Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>>.

Entre o ano em que o Brasil se tornou independente de Portugal, em 1822, e o ano em que foi proclamada a nossa República, em 1889, uma série de acontecimentos sociais, políticos e econômicos e projetos de reformas foram apresentados ao público.

Especificamente, no setor educacional, Peres (2016)⁵ comenta que após a Independência do Brasil em 1822, e conseqüentemente com o advento da monarquia constitucional e sob a influência de ideias liberais que aportaram no nosso país habilitando o povo para responsabilidades que o novo regime lhe atribuía, a educação anteriormente vista como um direito de poucos, passou a ser compreendida como um direito do cidadão e um dever e responsabilidade do Estado.

Caracterizando-se como educação nacional, a educação no Império trouxe consigo, segundo Rocha (2016, p.12)⁶ a “promessa de uma nova orientação político-educacional” em que tanto liberais quanto o próprio D. Pedro I “diziam-se preocupados em atender às exigências da organização e legislação do ensino”. O conhecimento de ideias liberais por parte de alguns espíritos esclarecidos, culminou com a proposição de grandes projetos de reforma visando a instrução popular ao longo do Império.

No âmbito do projeto de Constituição, apresentado em primeiro de setembro de 1823, estabeleceu-se a criação de um sistema escolar completo, composto de escolas primárias, ginásios e universidades (ROCHA, 2016). Porém, na visão da referida autora, “Infelizmente, as agitações políticas dos primeiros anos de vida do Brasil como nação independente não permitiram a concretização de providências mais efetivas no setor educacional” (ROCHA, 2016, p.12)

Ao que tudo indica esse mesmo entendimento é pontuado por Peres (2016) quando disse que o estado em que se encontrava a educação popular pouco tinha se alterado entre os anos de 1823 e 1826. Todavia, eis que em 1827 a Lei de 15 de outubro do mesmo ano determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. É possível então o ensino do Desenho ter participado dessa nova lei?

Antes de responder a esta questão, vale ressaltar que de acordo com Faria Filho (2000) tal lei é contemporânea de um lento, mas paulatino, fortalecimento de uma perspectiva

⁵ Disponível em: < <http://pt.static.z-dn.net/files/df7/982ffcc01876b7173e86ab7043ac51ed.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

⁶ Disponível em: < <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/104/3/01d06t02.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional que via na instrução das “classes inferiores” uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro. A instrução, dessa maneira, passava a ser vista como uma possibilidade de “arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país” (FARIA FILHO, 2000, p.137).

Assim, nesta instrução, no artigo 6º da Lei de 1827 os professores deveriam ensinar

[...] a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1827)

Vê-se pelo exposto anterior que explicitamente não há nenhuma recomendação a respeito do ensino do Desenho ou de algo que o valha para a escola de primeiras letras. Os saberes matemáticos que aparecem estão restritos ao ensino das quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções e as noções mais gerais de geometria prática. Ou seja, à tríade “ler, escrever e contar” agregaram-se outros saberes considerados, ao que tudo indica, necessários e suficientes para o ensino daquelas “novas” crianças. Seriam esses os elementos que aos poucos constariam “nas leis como componentes de uma ‘instrução elementar’” (FARIA FILHO, 2000, p.139). Porém, em que momento o “desenhar” surge como um desses importantes componentes?

3. Uma análise dos manuais: que tipo de desenho ensinar?

De acordo com os estudos realizados por Leme da Silva (2011) e Valente (2012), enquanto que a introdução da geometria prática, após muitos embates entre parlamentares pró e contra a sua entrada no currículo do curso primário tenha ocorrido logo na primeira lei do Império, os primeiros indícios de elementos do desenho só aparece com a publicação da obra *Princípios do Desenho Linear Compreendendo os de Geometria Prática pelo Método do Ensino Mútuo*, livro adaptado de obra francesa⁷ de autoria de Louis-Benjamin Francoeur e traduzido por A. F. de P. e Iollanda Cavalcanti d’Albuquerque, editado no Rio de Janeiro em 1829, como pode ser visto na tabela a seguir.

⁷ Intitulada: *L’enseignement du dessin linéaire d’après une méthode applicable à toutes les écoles primaires quel que soit le mode d’instruction qu’on y suit*. Foi, segundo D’Enfert (2007), publicada na França no ano de 1827.

Quadro 1: Manuais pedagógicos do século XIX

Manual	Autor	Ano	Editora	Local
<i>Princípios do Desenho Linear Compreendendo os de Geometria Prática pelo Método do Ensino Mutuo;</i> Extrahidos de L. B. Francoeur: dedicados aos amigos da Instrução Elementar no Brasil	A. F. de P. e Iollanda Cavalcanti d'Albuquerque	1829	Imperial Typographia de P. Plancher-Seignot	Rio de Janeiro
<i>Elementos de Desenho Linear</i> Compendio aprovado pela Escola Normal de Pernambuco para uso dos alunos-mestres	Ayres de Albuquerque Gama	2ª ed. melhorada 1880	B. L. Garnier, Livreiro Editor	Rio de Janeiro
<i>Curso Elementar de Desenho Linear</i> organizado sobre os trabalhos dos melhores autores	Paulino Martins Pacheco	1881	Imprensa Industrial – de João Paulo Ferreira Dias	Rio de Janeiro
<i>Desenho Linear ou Elementos de Geometria Prática Popular</i> seguidos de alguma noção de Agrimensura, Stereometria e Architectura para uso das Escolas primarias e normaes, dos Lyceus e Collegios, dos Cursos de adultos, e em geral dos artistas e operarios em qualquer ramo de Indústria	Abilio Cesar Borges	Primeira Parte 8ª ed. 1882	Typ. Aillaud, Alves & Cia.	Rio de Janeiro

Fonte: elaborado pelo autor.

Com o intuito de facilitar aos Professores Públicos a execução da Lei de 15 de Outubro de 1827, é ressaltado, no manual de 1829, que a prática do ensino do Desenho deveria ser feito na mesma ordem do método mútuo. Ou seja,

[...] o Professor, Decuriões, e discípulos são considerados no mesmo gráo d'instrucção nesta arte, ou com pouca differença, e todavia ensinão-se huns aos outros, sem dar preceito algum, e só á força d'imitação. O progresso do ensino he antes devido á boa ordem, e zêllo, do que ao saber do mestre. O Decurião le sobre a taboleta o mandamento; os discípulos executão-no, e o Decurião corrige sem dizer palavra. Em frente da taboa preta *o discípulo vendo a figura, que lhe serve de modello, imita-a*, e o outro menino corrige-a immediatamente.

Não he somente a mão, que convem exercitar, a vista deve adquirir a exactidão, e precisão na estima das distancias das linhas e dos contornos: há tanto merecimento em corrigir hum traço ou em perceber aonde, e de que maneira elle he defeituoso, como em traçar correctamente. O Decurião aprende por consequencia tanto como os outros (ALBUQUERQUE, 1829, p.4-5).

Pelo exposto, observa-se neste manual os diferentes papéis atribuídos ao professor, ao decurião e ao discípulo bem como, indicações metodológicas de como o ensino do Desenho deveria ser realizado em sala de aula. Veja-se que há um modelo para ser imitado o que, ao que tudo indica, garantiria o exercício repetitivo da mão e a exatidão e precisão da vista no traçado de linhas e contornos.

Em relação aos instrumentos, esses deveriam ficar nas mãos dos decuriões para que eles pudessem fazer as verificações dos desenhos elaborados pelos alunos. Já os discípulos não se serviam de régua, esquadro nem compasso já que “convem que o habito baste a formar as figuras com maior regularidade” (ALBUQUERQUE, 1829, p.5). Tal regularidade era obtida através de sua familiarização com as medidas métricas, e de capacidade o que tornava a sua vista um bom regulador e guia quase infalível no ato de desenhar. Mais ainda, esperava-se que o discípulo desenhasse “traços em todas as suas posições, sem mudar de lugar a ardosia, ou papel” (ALBUQUERQUE, 1829, p.5). Para isso, eram dados vários exercícios distribuídos por classes como, por exemplo, o exercício de número 18 encontrado nas *Instruções particulares para o professor*, apresentado na íntegra aqui.

18. Traçai huma linha obliqua. fig. 6. As obliquas tração-se facilmente; pois não sendo as rectas verticaes, nem horizontaes são sempre obliquas. O Decurião applicará a regoa sobre a taboa, desviando-se da vertical, ou horizontal, e obrigará os discípulos á preferir a direcção, em que então ella se achar. Quanto á maneira de as cortar em partes iguaes, veja-se o que se disse sobre a questão 16 (ALBUQUERQUE, 1829, p.23).

Ainda pelo exposto acima nota-se a existência de uma certa hierarquia de conteúdos, ou seja, precedia o ensino das retas oblíquas o ensino das retas verticais e horizontais, supostamente para que as dificuldades fossem gradualmente sucessivas de maneira a não desencorajar os discípulos caso fossem oferecidas, de pronto, figuras difíceis de desenhar. A intenção era partir do traçado mais simples para o mais elaborado: do desenho de retas, para os triângulos e perpendiculares; polígonos (pirâmides, prismas, paralelepípedo, cubo); círculos e suas propriedades (esferas, cones e cilindros), distribuídos em suas quatro classes. Em suma, neste manual, o ensino partia de elementos da geometria plana para a espacial. Mais ainda, de acordo com Leme da Silva (2011), tudo indica que se buscou neste manual de desenho um modelo para o ensino da geometria prática e que a proposta para o ensino do desenho apoiou-se nas construções de figuras geométricas. Vale frisar que uma lista com todos os exercícios e seus respectivos desenhos é apresentada ao final do referido manual. Dessa maneira, novamente indaga-se: esses mesmos indícios são encontrados nos outros manuais aqui analisados?

Antes, porém, de responder a esta questão é válido destacar que segundo informações apresentadas por Leme da Silva (2011), o ensino de Desenho Linear só aparece na legislação brasileira na Reforma do Ensino Primário e Secundário da Corte, de 17 de fevereiro de 1854, através do Decreto de nº. 1.331, com caráter não obrigatório. De fato, é somente com a

Reforma de 19 de abril de 1879 do então ministro Leôncio de Carvalho, que o Desenho Linear é introduzido num documento oficial para o curso primário brasileiro, pelo Decreto de nº. 7.247 (LEME DA SILVA, 2011). Assim, recomendava-se para as escolas do 1º grau do município da Corte o ensino de *Elementos de desenho linear*; para as escolas de 2º grau *Princípios elementares de álgebra e geometria* e para o ensino das escolas normais do Estado a matéria *Caligrafia e desenho linear*. Vê-se, desse modo, que referente ao ensino dos dois primeiros anos (correspondente ao 1º grau), o saber Desenho Linear precede o saber Geometria (LEME DA SILVA, 2011).

Passados um pouco mais de meio século, em 1880, Ayres Gama, professor da Escola Normal de Pernambuco, publica um compêndio que segundo ele era destinado para uso dos alunos-mestres da referida escola. De pronto, nas linhas introdutórias deste seu manual, o autor deixa claro qual o seu entendimento a respeito do Desenho Linear. Para ele,

O desenho linear é a arte de representar os objectos, indicando os seus contornos por meio de linhas. Os objetos assim representados tomão os nomes de *figuras*, e as operações, que tem por fim traçar essas figuras chamão-se *trabalhos graphics*. Sendo o seu fim principal representar os produtos das industrias e artes, basea-se o desenho linear sobre os princípios geométricos, pelo que deve ser considerado como uma aplicação da geometria. O desenho linear divide-se em *graphico* e *geometrico* segundo é ou não executado com instrumentos de mathematica, este ultimo é mais exacto na execução das figuras. Os instrumentos indispensáveis para o desenho linear são, alem do lapis ou tira-linhas: a *regoa*, o *compasso*, o *esquadro*, o *transferidor* e a *escala de proporção*; outros porem adicionão-lhes os *compassos de reduccão e proporção*; o *pantographo*, o *ellipsographo* e a *regoa-flexivel* (GAMA, 1880, p.1-2).

Por esta citação e pelo exame ao manual de Albuquerque pode-se inferir que há algumas permanências interessantes. A primeira delas refere-se ao uso de instrumentos, particularmente, da régua, do esquadro e do compasso, para o traçado das figuras. Outra inferência notória é a questão do desenho linear ligado aos princípios geométricos.

Dividido em três partes, a saber: figuras planas, figuras no espaço e arquitetura, o manual de Ayres Gama diferentemente do manual de Albuquerque que constrói uma tabela dos Decuriões com os traçados referentes aos conceitos estudados no final do livro, não isola os conceitos das figuras, isto é, à medida que os conceitos são apresentados são traduzidos pelas figuras do lado. Esse trabalho com ilustrações, por meio das figuras, ao que parece, indicava ser uma pratica adotada também por outros autores, tais como Paulino Pacheco, professor da Escola Normal e do Internato do Imperial Colégio Pedro II.

Aprovada em 1881, sua obra *Curso elementar de desenho linear* achava-se dividida em três partes. Para a primeira parte, dizia ele:

A primeira parte, destinada às Escolas primarias e ao primeiro anno de Desenho nos estabelecimentos a que anteriormente nos referimos, trata do *Linear à vista, isto é, das definições da Geometria plana e no espaço com as respectivas figuras*; em cujo traçado convem que os alumnos empreguem o maior cuidado possível, afim de que se vão desde logo habituando á precisão dos trabalhos da parte seguinte (PACHECO, 1881, p.6).

Mantendo-se a mesma ordem dos dois manuais anteriores, novamente tem-se aqui a presença dos elementos da geometria plana e espacial, o que, de fato, se caracteriza como uma forte permanência neste período. Outro item também importante refere-se ao tipo de desenho escolhido. Como pôde ser visto anteriormente, tratava-se do Desenho Linear à vista que em praticamente quase nada se diferenciava do tipo e modo de desenho prescrito no manual de Ayres Gama. Todavia, ambos se diferenciavam do manual de Albuquerque que apresentava propostas de construções de desenho por meio de uma sequência de passos. Havia neste momento uma nova representação⁸ para o ensino do Desenho?

Considerado pelo autor como necessário a todas as profissões, o desenho linear era tido como “a representação por linhas e pontos de todos os objetos, especialmente dos industriaes” (PACHECO, 1881, p.11). Cabe aqui ressaltar que tanto no manual de Pacheco (1881) quanto no manual de Gama (1880) há um forte apelo pelo desenho como instrumento indispensável às indústrias. Ao que parece o desenho neste momento era também visto como um saber profissional já que

A importância do desenho associado à atividade laboriosa tem sua difusão, assim como outros conteúdos, pelo viés internacional. São muitas as iniciativas realizadas que contemplam o ensino do desenho na Europa e nos Estados Unidos, que eram difundidas em obras e eventos internacionais e que chamavam a atenção dos demais países (SOUZA, 2011, p.9).

Tal entendimento é rerepresentado dessa maneira pelo autor: “em alguns países da Europa e nos Estados-Unidos da America é o Desenho linear obrigatório; e, com razão,

⁸ O conceito de representação nesta pesquisa está pautado nos estudos do historiador francês Roger Chartier que entende representação como algo construído socialmente e determinado pelos interesses de grupos sociais distintos. Tendo em vista que as percepções do social não são de forma alguma, discursos neutros já que “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outro, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 2009, p.17), o pesquisador defende a existência, nesse meio social, de uma luta de representações em que um grupo impõe, “ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2009, p.17).

exigido o seu exame para a admissão aos cursos superiores de letras ou de ciencias” (PACHECO, 1881, p.11).

Ainda em relação ao Desenho Linear à vista deste autor sua finalidade era educar a vista e tornar a mão destra e firme para os trabalhos posteriores. Tratava-se de um desenho executado sem o auxílio de instrumentos diferentemente das instruções dadas para seu ensino nos manuais anteriores.

Em sua oitava edição, o manual do professor Abilio Cesar Borges, o barão de Macaúbas, destinado às escolas primárias e normais do Distrito Federal e de vários estados, aos Colégios e Liceus de adultos e em geral dos artistas e operários em qualquer ramo da indústria, publicado em 1822, trazia em seu bojo uma discussão a respeito do desenho linear ou geométrico. Tendo em vista que “é hoje o desenho linear um ramo particular do ensino elementar, desde as salas de asylo e os jardins da infância, até às escolas de adultos [...]” (BORGES, 1882, p.IX) seria inegável não tratar deste saber elementar e dos progressos que poderiam ser alcançados com a difusão desse no país pois, “n’elle se instruirão facilmente meninos e adultos em muitas cousas que ninguém deve hoje ignorar, sobretudo os artistas e operários em todos os gêneros de indústria” (BORGES, 1882, p. VIII).

Entendendo desenho linear, também chamado geométrico, “a arte de representar por meio de linhas os contornos das superfícies e dos corpos” (BORGES, 1882, p.1), Borges (1882, p.IX) salienta que além do desenho geométrico ser uma disciplina fácil de ensinar e de aprender, “é de incontestável necessidade para os progressos geraes de um povo”. Logo, recomendava que

O ensino do desenho geométrico pôde e deve começar ao mesmo tempo que o da escripta; pois as figuras geométricas não são mais difíceis de traçar do que as letras do alfabeto. E todos os corpos que rodêam os meninos não apresentam linhas e superfícies que elles podem desenhar sobre a ardósia ou sobre o papel? (BORGES, 1882, p.IX).

Esta pretensão de um ensino do desenho geométrico atrelado ao ensino da escrita é também algo que apareceu no manual de 1829. Para os defensores desse ponto de vista a escrita era tida como uma espécie de desenho e que saber escrever uma ideia ou um objeto por meio de linhas e figuras não tinha, nas escolas primárias, um caráter de formar artistas nem industriais,

[...] assim como não se trata de formar nas mesmas calligraphos, litteratos e sabios; porém do mesmo modo que se ensinam os elementos do calculo, [...], de par com a leitura e com a escripta, quizeramos que tambem aos meninos se ensinasse *a ler um desenho*, isto é, a compreender o sentido dos caracteres figurativos de que o mesmo se compõe, e *a escrevel-o*, isto é, a reproduzir por si próprios esses mesmos caracteres reunidos diversamente para exprimir um objecto, como escrevem uma palavra por meio das lettras do alfabeto (BORGES, 1882, p.X-XI, *grifos do autor*).

Desse modo, o ensino do Desenho era encarado como uma linguagem e escrita das formas, ou seja, dos elementos geométricos figurativos. Baseando-se em discursos internacionais de circulação de ideias sobre o ensino do Desenho, Borges (1882) apontava que essa forma de apresentar o desenho permitia aos alunos exprimir as suas percepções individuais por meio do uso das linhas, curvas, sombras e cores já que o desenho era considerado “[...], a muitos respeito, uma língua; língua da fôrma, tendo somente duas letras – a linha recta e a linha curva, - que se combinam como se combinam os caracteres alfabéticos nas palavras escriptas” (BORGES, 1882, p. XIV). Contudo, para se chegar a este resultado era indispensável “proscreever de uma maneira absoluta a copia machinal de modelos, como se pratica actualmente, e substituil-a por uma copia intelligente, que leva pouco a pouco o discípulo a exprimir suas próprias idéas” (BORGES, 1882, p.XI). Há nesse trecho claramente uma crítica ao desenho executado em si mesmo, ou seja, aquele desenho que priorizava a cópia de modelos de forma meramente reprodutiva e que não possibilitava o discernimento e julgamento das ideias pelos discípulos.

Ao observar atentamente os conteúdos e o modo como foram apresentados, de fato, percebe-se uma graduação de nível, ou seja, as ideias mais simples são trabalhadas inicialmente sendo aos poucos complementadas pelas mais complicadas. Tome como exemplo o capítulo I dedicado ao estudo do ponto e das linhas em geral e o capítulo V dedicado ao estudo dos polígonos. Em outras palavras, para se chegar ao capítulo V foi preciso inicialmente definir muitos conceitos, tais como o de reta, ponto, ângulo, etc. E após cada capítulo tem-se um questionário (com questionamentos óbvios) e um quadro sinóptico acerca do que foi estudado anteriormente.

4. Considerações finais

O exame aqui efetuado buscou identificar nos manuais pedagógicos que circularam no século XIX a presença ou não de uma mesma proposta, de um mesmo modelo para o ensino do Desenho para o curso primário brasileiro. A consulta a tais manuais revelou que, ao longo

de 53 anos, o ensino deste saber foi aos poucos ganhando respaldo, embora tardiamente se comparado com o ensino da leitura e escrita, ora sozinho ora, articulado a um outro saber.

Para além de ler e escrever na escola primária, o aluno deveria saber desenhar. Pode-se dizer que pela análise desses manuais, o Desenho Linear era a representação mais forte naquela época. Além do desenvolvimento da faculdade de imitação a partir da cópia de modelos, foi visto nos manuais que este desenho estava atrelado aos saberes geométricos. O Desenho Linear era assim entendido como a arte de representar os objetos, as figuras, por meio das linhas, curvas, contornos das superfícies e corpos, etc. Ora executado com instrumento ora sem, as finalidades mais visadas eram exercitar a vista e adquirir exatidão e precisão pelo exercício da mão. Vale também ressaltar que, em sua maioria, os conceitos apresentados nos manuais eram seguidos de suas definições, diferentemente do manual de Albuquerque que ensinava como construir os conceitos. Por último, em alguns casos, tendo em vista todo um processo em defesa da modernização do país, seu ensino era visto como necessário à preparação e habilitação para o exercício de determinadas profissões, como a de operário nas indústrias, como visto no manual de Pacheco de 1881.

5. Referências

ALBUQUERQUE, A. F. de P. I. C. *Principios do Desenho Linear Compreendendo os de Geometria Pratica pelo Methodo do Ensino Mutuo*; extrahidos de L.B.Francoeur: dedicados aos amigos da instrução elementar no Brasil por A. F. de P. e Iollandia Cavalcanti d'Albuquerque. Rio de Janeiro: Imperial Typ. P. Plancher-Seignot., 1829. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/159257/PRINCI%CC%81PIOS%20O%20DESENHO%20LINEAR%20-%201829..pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

BORGES, A. C. *Desenho Linear ou Elementos de Geometria Pratica Popular* seguidos de algumas noções de Agrimensura, Stereometria e Architectura para uso das Escolas primarias e normaes, dos Lyceus e Collegios, dos Cursos de adultos, e em geral dos artistas e operarios em qualquer ramo de industria pelo Dr. Abilio Cesar Borges. Rio de Janeiro: Typ. Aillaud, Alves & Cia., 1882. 8ª. ed. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/159272>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

CHARTIER, R. *A história cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 19 mar. 2016.

D'ENFERT, R. *Uma nova forma de ensino de desenho na França no início do século XIX: o desenho linear*. Tradução de Maria Helena Camara Bastos. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Peloras, n.22, p.31-60, mai./ago., 2007. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>.

FARIA FILHO, L. M. A instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. S. T.; VEIGA, C. G.; FARIA FILHO, L. M. (Orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, v. 1, p. 35-53.

FRIZZARINI, C. R. B. *Do ensino intuitivo para a escola ativa: os saberes geométricos nos programas do curso primário paulista*, 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, Garulhos, 2014.

GAMA, A. A. *Elementos de Desenho Linear*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro Editor, 1880. 2ª. ed. melhorada. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/159275>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

HOFSTETTER, R.; SCHNEUWLY, B. Introduction. Savoirs en (trans)formation. Au coeur des professions de l'enseignement et de la formation. In: HOFSTETTER, R. et al. *Savoirs en (trans)formation*. De Boeck Supérieur: Raisons éducatives, 2009, pp.7-40.

LEME DA SILVA, M. C. As matérias de Geometria e Desenho no primeiro programa dos Grupos Escolares Paulistas. *Anais do 6o Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática*. Natal: Sociedade Brasileira de História da Matemática, 2011. p. 657-676.

_____. O ensino de geometria nos anos iniciais: história e perspectivas atuais. In: XI ENEM - Encontro Nacional de Educação Matemática, 2013, Curitiba. *Anais do XI ENEM - Encontro Nacional de Educação Matemática*. Guarapuava/PR: Sociedade Brasileira de Educação Matemática - PR, 2013.

_____. Desenho e geometria na escola primária: um casamento duradouro que termina com separação litigiosa. *História da Educação*, v. 18, p. 61-73, 2014.

PACHECO, P. M. *Curso Elementar de Desenho Linear*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1881. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/159295>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

PERES, T. R. *Educação Brasileira no Império*. Disponível em: <<http://pt.static.z-dn.net/files/df7/982ffcc01876b7173e86ab7043ac51ed.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

ROCHA, M. A. S. *A educação pública antes da Independência*. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/104/3/01d06t02.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

SOUZA, F. F. *O desenho é a escrita da indústria: ensino de Desenho e educação profissional em Rui Barbosa*. Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Tecnológica de Minas Gerais (Dissertação), 2011.

VALENTE, W. R. Tempos de Império: a trajetória da geometria como um saber escolar para o curso primário. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, p. 73-94, 2012.